



CIRCUITOS TEMÁTICOS

Ambiente Histórico da Vila de Óbidos

“A construção de Óbidos até aos nossos dias”



Eburobrittium

Ao abrir este folheto, Óbidos propõe-lhe uma visita a um Ambiente único. Nele se cruzam a beleza e a riqueza natural do espaço com o ambiente construído por contínuas ocupações humanas, apesar das diferenças que todas transportavam.

Trata-se também de um circuito que demonstra textualmente e localmente o percurso do povoado até à vila. Marcando momentos históricos cruciais, demonstrando formas de evolução urbana e revelando a importância de monumentos para uma comunidade.

Como poderíamos definir Óbidos? Como uma vila medieval? Um povoado fortificado desde tempos remotos?

A resposta possível a estas e outras perguntas tem vindo a ser revelada por investigadores, mas também pela tradição histórica que nos vai transmitindo conhecimentos difíceis de comprovar factualmente,

mas que de modo algum devem ser esquecidos. Deste composto nasce a possibilidade que Óbidos lhe oferece de participar num circuito pelo seu *Ambiente Histórico*.

O CIRCUITO

O circuito, feito maioritariamente no perímetro muralhado da vila, necessita de um enquadramento prévio, para evitar a tentação de julgar o desconhecido como uma inexistência histórica.

A escassez de informação factual, para o período anterior ao século XII, não nos deve inibir de transmitir o que diferentes autores arriscaram a produzir. A historiografia local do século XIX, baseada em obras de séculos anteriores, refere a instalação de um povoado celta, no local da vila actual, em 308 a.C..

A arqueologia demonstra, através de escavações arqueológicas no Outeiro da Assenta, a escassos quilómetros da vila, que o

território já era povoado na Idade do Cobre.

Em 1995, foi descoberta a antiga cidade romana de Eburobrittium, referenciada por Plínio como estando localizada entre Olissipo (Lisboa) e Collipo (Leiria). Desde 1994, foram identificadas várias estruturas que retratam o programa construtivo típico de uma cidade romana, tais como o Fórum, as termas públicas, para além de edifícios de natureza diversa. A localização mais interior deste núcleo populacional, não implica um ermamento do local onde hoje se encontra Óbidos, face à sua proximidade e, principalmente, devido à importância estratégica da orografia do local. As datações propostas para este núcleo urbano encontram-se balizadas entre o último decénio do século I a.C. (período de Augusto) até ao século V d.C.

A localização de uma cidade romana na área de Óbidos não se deve apenas a um motivo. Os locais eram escolhidos pelo seu valor estratégico, rede viária ou portuária, existência de água, jazidas minerais, entre outros. Óbidos possuía, à época, o último porto de mar a norte do Tejo mesmo que apenas para embarcações de baixo calado, possuía potencialidades agrícolas, piscícolas, avenatórias e geológicas. Estariam assim reunidas algumas das condições essenciais a um núcleo urbano romano. Actualmente são



reconhecidos como espaços de elevado sincretismo, de grande porosidade com povoados indígenas, misturando tradição e inovação. No contexto deste circuito convém ainda realçar que a romanização “teve o efeito fundamental de produzir a síntese inicial sobre o ordenamento e o urbanismo no território que viria a ser Portugal através de uma primeira aglutinação da sua diversidade” (Rossa W, 1995, p. 241).

A chegada dos povos germânicos gerou momentos conturbados de confrontos, com cidades a saque, destruídas e reconstruídas. No entanto, não podemos estabelecer um padrão generalizado a todo o território nacional, sendo difícil para já avançar com alguma consideração sobre o caso concreto de Eborobritium, mas a perspectiva trazida pelos novos senhores cristianizados não diferia muito do avançado por Walter Rossa: “céptica face à cidade romana, assistiu-se à alteração do conceito de monumentalidade surgindo novos programas

– basílicas, mosteiros, hospitais-albergarias para doentes e peregrinos, as necrópoles dentro dos limites urbanos, etc. Em contrapartida, equipamentos como os circos, os teatros e os anfiteatros foram expressamente condenados. Outros, apesar de permanecerem, degradaram-se pela incúria, alteração gradual de hábitos e falta de meios, como é o caso das termas e aquedutos” (Rossa W, 1995, p. 242). A ruralização da sociedade foi uma realidade e a Igreja era a argamassa unificadora, assumindo-se as sedes episcopais como os principais núcleos urbanos da época. Este quadro só irá alterar-se com a urbanidade inerente à religião islâmica, que avançou decididamente para a Península Ibérica no início do século VIII.

O ISLÃO

A escassez de dados factuais para as épocas anteriores mantém-se no que se refere ao período de presença islâmica no espaço

português, concretamente na região de Óbidos. Por analogia ou história comparativa percebemos que a vila possui algumas características comuns às cidades islâmicas, como a alcáçova, ou uma certa liberdade de utilização do espaço público, longe, por exemplo, da funcionalidade programada das cidades romanas. Uma outra característica coincidente é a referência à instalação de novos bairros, normalmente judeus e moçárabes. Parece também ter sido o que aconteceu em Óbidos com o núcleo populacional do Mocharro, entre a muralha da vila e a várzea da lagoa. Este processo de criação de novos bairros não se estendeu às cidades, pois não existem registos de novas cidades fundadas por muçulmanos no espaço nacional. A opção foi a ocupação da rede urbana existente, principalmente no sul do país (Rossa W, 1995, p. 245). Tal facto reforça a



ideia de que também em Óbidos os muçulmanos terão encontrado um espaço já povoado e talvez fortificado.

NO ADVENTO DE PORTUGAL

Em 1148, D. Afonso Henriques conquista Óbidos. A batalha descrita em tons épicos no séc. XIX deve ser contextualizada na campanha militar do futuro rei de Portugal. Santarém e Lisboa foram conquistadas em 1147, logo Óbidos é conquistada posteriormente. Face à proximidade e à relação com Santarém não faria sentido que tivesse acontecido uma feroz resistência. Podemos então estar em presença da utilização da História como forma de valorizar e fortalecer os ideais da “Reconquista”. Conquistado o território, a prioridade passava a ser a sua ocupação e desenvolvimento económico. Os estudos de Rui Azevedo ou Pedro Gomes Barbosa referem que o termo de Óbidos, juntamente com Leiria, seria dos poucos locais na Estremadura central que possuíam núcleos de população. No entanto, e face à sua extensão, teriam uma fraca densidade populacional (Barbosa P, 1992, p. 2). Apesar disso, ou talvez mesmo por isso, este era um território apetecível, dotado de bons solos agrícolas, riqueza florestal, lagoa navegável, recursos marítimos e uma localização geográfica invejável, ligando Leiria a Lisboa e uma das portas de acesso de Santarém ao mar, conjuntamente com o rio Tejo. Perante este quadro não estranhámos a utilização de dois dos “instrumentos” mais eficazes na *urbanização*

do território português: a concessão de forais e a presença e influência de francos (Rossa W, 1995, p. 247). O conteúdo e a forma do foral medieval é desconhecido, sabemos apenas que foi substituído pelo foral manuelino, de 1513. No que concerne à presença dos francos no termo de Óbidos as referências advêm da toponímia, como demonstram os topónimos Atouguia ou A-dos-Francos. Com os francos o território passava a contar com povoadores preparados para confrontos militares, sustentando novas investidas muçulmanas.



COM PORTUGAL...

O desenvolvimento do desenho urbano da vila, empiricamente aceite como desenvolvido de forma linear do castelo para a porta da vila, está a ser alvo de estudos que abrem novas perspectivas. Coloca-se a possibilidade de a vila ter possuído mais do que os núcleos populacionais no castelo e Mocharro.



Poderá ter existido um outro junto à igreja de Santa Maria e São Pedro. Esta área aliás poderá ter sido o centro cívico da vila no período medieval, devido à concentração de estruturas religiosas e civis. O desenrolar da vila na Rua Nova e o surgimento do arrabalde poderia ter permitido que a Porta do Vale, nesta época, fosse a porta de entrada principal. São hipóteses levantadas com alguma acuidade, por investigadores como José Manuel Fernandes, sobre as quais certamente iremos ouvir falar. A vila sofreu importantes intervenções no que concerne ao seu ambiente construído no período de delimitação do território nacional, tarefa que ocupou os primeiros reis de Portugal. A referência a construções deste período é diversa e pouco precisa. A D. Afonso Henriques encontra-se atribuída, pela tradição histórica, a fundação da igreja de Santa Maria e a D. Sancho a igreja de São Tiago e a torre Albarrá, para além de obras no reforço das muralhas. Apesar destas referências, mesmo garantindo a sua autenticidade, podemos

estabelecer que terá sido a partir de 1250, já com D. Afonso III como rei, que acontece um movimento de população do termo em direcção à vila. “Trata-se de um movimento em direcção ao centro administrativo e económico do território, em busca de condições de vida diferentes, reflectindo um desenvolvimento urbano que parece não se ter verificado

cerca estivesse ocupado. Era frequente que a construção de uma nova cerca garantisse uma margem de desenvolvimento à vila, mesmo que isso implicasse território ermo no seu interior durante muitos anos. Terá a deslocalização de população para a vila continuado a sentir-se? Sabemos que, em 1394 e 1436, os procuradores do concelho às Cortes de

facto da lagoa ter recuado, deixando terrenos insalubres, para além do facto de no final do século XV os judeus terem sido expulsos ou obrigados a converter-se à fé cristã levou a que ocorresse uma mudança significativa no xadrez urbano da vila. Óbidos como local onde existia uma comunidade judaica de alguma dimensão viu, após o êxodo dos judeus, a área da antiga judiaria como um novo espaço a ocupar. A própria toponímia demonstra este facto passando a ser designada como Rua Nova. Terão vindo alguns membros da comunidade do Mocharro para este local? É provável que sim.

ÓBIDOS QUATROCENTISTA E QUINHENTISTA

O século XV é reconhecidamente a antecâmara das profundas alterações na arquitectura e urbanismo que se fizeram sentir no século XVI. À cidade ou vila medieval, de ruas estreitas, traço sinuoso, edifícios de alçados descontínuos, com poucas evoluções no domínio da higiene ou salubridade pública, sucede-se uma preocupação crescente com a regulamentação do espaço urbano, com a qualidade de vida, principalmente nos locais visitados pela corte. Óbidos foi, precisamente, local de muitas visitas régias no período medieval. O seu castelo incluía o paço do rei e o paço da rainha, justificando assim a existência de um pazeiro. Essa ligação à família régia demonstra-se, por

no período anterior” (Barbosa P, 1992, p. 212). A construção da igreja de S. Pedro está datada precisamente entre o século XIII e XIV, a sua localização relativamente distante da alcáçova deverá estar relacionada com esse facto. A reforçar esta ideia existe ainda a possibilidade, a carecer confirmação, de um perímetro muralhado inferior ao actual, cuja muralha externa passaria precisamente junto à igreja de S. Pedro.

O actual alinhamento das muralhas, com algumas salvaguardas como a ligação à Torre do Facho, foi uma obra da segunda metade do século XIV, do monarca D. Fernando. Tal alargamento não implica que todo o espaço da nova

Coimbra e Lisboa alertam o rei para o reduzido número de moradores no termo de Óbidos, solicitando incentivos ou medidas para atrair novos habitantes. O reduzido número de moradores não invalidava que existissem focos populacionais que desapareceram entretanto. Como exemplo temos o caso do antigo povoado do Mocharro que se encontrava na encosta sobranceira à Várzea da Rainha, provavelmente uma comunidade que vivia daquilo que conseguia ganhar à lagoa. Provável povoado moçárabe terá sido também local de instalação de alguns membros da comunidade mourisca que permaneceu depois da reconquista. O



Primeiro plano: Alinhamento da Rua Direita
Segundo plano: Torre do Facho

Ermida de Nossa Sra. do Carmo, Encosta do Mocharro

exemplo, pela celebração dos esponsais do infante D. Afonso, futuro D. Afonso V, então com dez anos, com D. Isabel, de oito anos, na Igreja de Santa Maria, em 15 de Agosto de 1441. Os cuidados com a higiene pública acompanham o exemplo da Capital, onde os vizinhos foram forçados a varrer a rua, diante da sua porta, da Primavera ao Outono, obrigação que se estende aos cortesãos a partir de 1499. Óbidos, nos finais do séc. XV, por decisão real, possuía um serviço de limpeza de ruas. A rainha D. Leonor terá incumbido vinte criminosos, que habitavam nas Caldas da Rainha, para procederem à limpeza pública da vila todos os sábados (Câmara T, 1986, p. 35). Um outro aspecto significativo do pioneirismo e qualidade do urbanismo da vila prende-se com a pavimentação das ruas, tarefa na qual Óbidos terá sido das primeiras urbes europeias a resolver a questão. Através de uma carta de D. Filipa ficamos com a referência que a responsabilidade da manutenção dos pavimentos também cabia aos cavaleiros. De alguma forma, trata-se da implementação à época do princípio do utilizador/pagador (Câmara T, 1986, p. 27). No caso de Óbidos, a preocupação com o pavimento estava ligada à necessidade das melhorias de circulação, à melhoria da salubridade pública, como forma de vencer uma orografia agreste e também porque esta era uma das vilas



Janela Manuelina

das rainhas. A intervenção régia para a pavimentação de ruas é um facto, nomeadamente, em Lisboa. No dealbar do século XVI, a vila adivinhava as grandes transformações que a iriam alterar radicalmente. Um conjunto de circunstâncias proporcionou uma série de intervenções e construções que enriqueceram a rede de equipamentos públicos da vila. A ocorrência de catástrofes naturais, como

sismos, a mudança de mentalidades que se opera na relação entre povo e monarcas, tudo se relaciona e prepara o quadro que apresentamos. O início do século é um período que em Portugal se confunde com a figura marcante de D. Manuel. No caso concreto de Óbidos, D. Manuel é referido como sendo responsável por uma série de obras nas muralhas e, principalmente, pela reconversão do castelo em paço dos alcaides. Para além

disso, a este rei se deve a concessão de um novo foral e a provável instituição dos antigos Paços do Concelho, no edifício da Praça de Santa Maria. A sua política de valorização do espaço público/municipal aplicada em diversos locais do País, através do alargamento de ruas ou praças por questões estéticas e funcionais, teve eco em Óbidos, onde também existe registo de obras de alargamento da Praça de Santa Maria, como fica demonstrado por documento de 1501. Esta acção do monarca era complementada com as obras de assistência de D. Leonor a quem se deve a criação da Santa Casa da Misericórdia e o lançamento de uma campanha de obras na igreja de Santa Maria. A rainha D. Leonor deixa como herança uma relação profunda com a vila pois a ela se deve a fundação do Hospital Termal das Caldas da Rainha, em 1485, à época, bem no interior do termo de Óbidos. Para além disso, terá sido aqui que a rainha chorou a morte do seu filho, príncipe D. Afonso. Depois da acção da rainha D. Leonor, uma outra rainha, D. Catarina de Áustria, mulher de D. João III, assume um papel preponderante na forma como a vila será projectada e construída. Os sucessivos terramotos que assolaram o País neste século repercutiram-se em Óbidos, principalmente o de 1531. A própria configuração da Rua Direita terá sido alterada nesta data, algo que nos é

revelado pela descoberta de uma série de portais góticos no interior de edifícios contíguos. Num contexto de alteração de mentalidade régia, onde o conceito renascentista de preocupação do príncipe com a população assume preponderância, D. Catarina cria um conjunto de infra-estruturas emblemáticas como o chafariz de Santa Maria e o aqueduto, contratualizado com a população da vila e iniciado em 1573. O abastecimento público de água a Óbidos passa a estar comparado com os melhores exemplos nacionais e bem à frente daquela que era a realidade da Capital. O término do aqueduto ocorre no espaço público por excelência da vila. Um longo processo de conquista de espaço a edifícios intrusos permitiu à Praça de Santa Maria a configuração espaçosa e plana que possui num espaço muralhado e de relevo acentuado, gerando uma interessante simbiose entre as contingências do espaço e terreno e a tratadística italiana que fazia escola no resto da Europa. A demonstrá-lo está a utilização de um chafariz com espaldar adossado ao muro de contenção da Rua Direita, libertando o espaço central da praça e fazendo contraponto com o pórtico da igreja de Santa Maria, também objecto de obras patrocinadas por D. Catarina. A delimitação da praça passa a ser feita pelo telheiro, estrutura já referenciada em 1430, situado na então



Portal da Igreja da Misericórdia

designada “Praça Nova” e no lado oposto pelo solar de Santa Maria, à época, com a fachada principal virada para a praça. Em jeito de síntese, este edifício assenta bem numa nova tipologia construtiva que se desenvolve no século XVI e se propaga nos seguintes, em virtude da necessidade de reinvenção de uma

cidade medieval marcada pela falta de uniformidade estética e funcional. Os anteriores edifícios em materiais perenes e frágeis a catástrofes, como sismos ou incêndios, são substituídos por construções de acordo com o programa da época: “alvenaria de pedra e/ou tijolo, [o edifício] é plano, alinhado com os confrontantes e, por imposição regulamentar, sem saliências que vão além de palmo e meio incluindo o beirado. Os vãos fechados



Telheiro da Praça de Sta. Maria

por caixilharia de madeira, são guarnecidos com cantaria lisa de textura a “pico fino” com orla que contrasta na superfície rebocada nem sempre caiada, pelo que o branco e os tons naturais da argamassa predominam” (Rossa W, 1995, pp. 261-4). O posteriormente denominado “Estilo-Chão” está presente em Óbidos com grande predominância, sendo reutilizado depois do terramoto de 1755, responsável por danos consideráveis em edifícios habitacionais, mas também nas igrejas de São Tiago e São Pedro. A uniformidade estética foi atingida com edifícios de alvenaria, disposição proporcional de vãos, rebocos caiados com lambris coloridos, fazendo-se a distinção das casas de famílias mais abastadas, não tanto pela dimensão, mas através do recurso a espartanos esquemas decorativos como cunhais de pedra em aparelho rústico. Como refere Teresa Câmara (p. 107), citando Carlos Azevedo: “a casa nobre não é representada pelo grande palácio, mais sim pela despreziosa da província, a casa simples e castiça”. Esta característica deve muito ao facto de a nobreza que vivia na vila estar ligada ao funcionalismo das instituições régias e municipais. Óbidos assume e revela um



conjunto de características arquitectónicas e urbanísticas que reflectem um conjunto de características portuguesas visíveis por exemplo nas semelhanças da Praça de Santa Maria com a Praça das Janelas Verdes ou a Praça de S. Luís do Maranhão, no Brasil. Esta é pelo menos a opinião aventada pelo arquitecto José Manuel Fernandes.

A harmonia como a vila se desenvolve no perfil do espaço, sem que, contudo, deixe de ter cor, a forma como se criaram espaços abertos de privacidade familiar num local muralhado, a democraticidade das suas fachadas e o conjunto de equipamentos que sustentavam a vila tornam-na num precioso contributo para o entendimento da História do Urbanismo em Portugal. A vila lega-nos, através do seu ambiente histórico, a forma como populações e poder lidaram com contingências diversas, conquistas e instalação de novas culturas, catástrofes e os seus efeitos, alterações do ecossistema em que se insere e na forma como procurou gerir os recursos naturais disponíveis.

O Ambiente Histórico de Óbidos reflecte ainda a profunda estagnação do século XIX com as mudanças trazidas pelo Liberalismo. As profundas alterações na estrutura administrativa do País reflectiram-se em Óbidos com a extinção da Casa das Rainhas e um conjunto de pequena nobreza incapaz de inverter o cenário de perda de centralidade local. O século XX assume este legado, encarando o turismo como o fundamento da estratégia de desenvolvimento da vila. Reformas nas muralhas e a instalação do Museu Municipal e da Pousada no castelo, em meados do século, lançaram os alicerces de uma vertente que hoje é cada vez mais valorizada.



BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA, Pedro Gomes. *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central*. Coleção História Medieval – 6, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa: 1992.
- CÂMARA, Teresa Bettencourt. *Óbidos - Arquitectura e Urbanismo. Séculos XVI e XVII*. Câmara Municipal de Óbidos e Imprensa Nacional da Casa da Moeda. Estudos Gerais, Série Universitária.
- SILVA, Manuela Santos. *A Região de Óbidos na Época Medieval. Estudos*. Coleção: P.H. – Estudos e Documentos. 1994
- ROSSA, Walter. *A Cidade Portuguesa*. In História da Arte Portuguesa, vol. III, Círculo de Leitores

CIRCUITOS TEMÁTICOS

Óbidos como Experiência de Conhecimento. É esta a nossa proposta baseada numa relação de troca entre quem comenta os circuitos e quem deles desfruta. O nosso princípio também é claro, gostaríamos que cada visita representasse um ponto de partida para que procure conhecer melhor a vila em todas as componentes da sua história. Por tudo isto apostámos em formatos informativos ligeiramente diferentes do habitual, com mais texto e mais imagens, tentando fomentar a sua curiosidade, apenas com aquilo que Óbidos tem de melhor. Pequenos passos pelas estreitas ruas da vila irão revelar séculos de enriquecimento artístico, de transformação da vila, de protecção régia, de devoção religiosa e de vivências quotidianas, que transformaram Óbidos nesta experiência única.

CIRCUITOS DISPONÍVEIS

- RAINHAS E OUTRAS SENHORAS
- AMBIENTE HISTÓRICO DE ÓBIDOS
- NO CURSO DAS ÁGUAS
- ÀS ARMAS EM ÓBIDOS
- O AZULEJO EM ÓBIDOS
- A HERANÇA MEDIEVAL
- PINTURA ANTIGA EM ÓBIDOS
- O BARROCO JOANINO DO SANTUÁRIO SENHOR JESUS DA PEDRA



INFORMAÇÕES E MARCAÇÕES:

T. 262 959 231

E-mail: posto.turismo@cm-obidos.pt

www.obidos.pt